

GUSTAVO DE SOUZA FONTANA

O DIREITO FUNDAMENTAL À TRANSPARÊNCIA

**UMA VISÃO SOBRE O TRATAMENTO DE
DADOS PESSOAIS E A GESTÃO DO
PODER JUDICIÁRIO NA JUSTIÇA DIGITAL**

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Marta de Oliveira

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2024)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Ricardo Genelhú • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fontana, Gustavo de Souza.

O direito fundamental à transparência. Uma visão sobre o tratamento de dados pessoais e a gestão do Poder Judiciário na Justiça Digital / Gustavo de Souza Fontana. – Londrina: Editora Thoth, 2024.

307 p.

Bibliografias : 279-307

ISBN: 978-65-5959-854-0

1. Acesso à informação. 2. Direito Fundamental. 3. Processo Civil. 4. LGPD.

I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	21

CAPÍTULO 1

SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO, GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO E JUSTIÇA DIGITAL	25
1.1 Direito e a Sociedade da Informação.....	26
1.1.1 O desafio do direito na regulação da internet	30
1.1.2 Sociedade da informação e os dados digitais.....	38
1.2 Poder Judiciário E A Opção Político-Administrativa Pela Digitalização....	46
1.2.1 A “tragédia da justiça” e a busca pela eficiência.....	47
1.2.2 Criação do Conselho Nacional de Justiça e adoção de um novo modelo gerencial	55
1.2.3 Processo eletrônico: uma nova percepção do processo e da jurisdição....	59
1.2.4 A digitalização do processo e uma nova visão sobre a competência territorial	64
1.3 O “programa justiça 4.0”	71
1.3.1 DataJud e o potencial do big data no Poder Judiciário	74
1.3.2 Inteligência artificial: regulação e utilização na esfera judicial.....	78
1.3.3 O juízo 100% digital.....	87
1.3.4 Balcão virtual e os núcleos de justiça 4.0	97
1.3.5 Um caminho em direção às cortes digitais.....	98

CAPÍTULO 2

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	105
2.1 Privacidade: do direito de “ficar sozinho” à proteção de dados pessoais.....	105
2.1.1 Notas sobre o conceito de privacidade.....	106
2.1.2 O papel do Estado: da vigilância à gestão pública.....	118
2.1.3 Direito à autodeterminação informativa: a alvorada da proteção de dados.....	124
2.2 Proteção de dados pessoais e o seu reconhecimento legal.....	133
2.2.1 Primeiras manifestações normativas na Europa	133
2.2.2 Evolução geracional das leis de proteção de dados	141
2.2.3 Proteção de dados pessoais na esfera constitucional europeia e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD)	144
2.3 A proteção de dados pessoais no Brasil	160
2.3.1 Antecedentes e desenvolvimento	160
2.3.2 Em busca do reconhecimento de um direito fundamental.....	164
2.3.3 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	173

CAPÍTULO 3

PODER JUDICIÁRIO E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: O ESTABELECIMENTO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL À TRANSPARÊNCIA ESTATAL.....	185
3.1 Transparência no poder judiciário	186
3.1.1 O Estado enquanto agente de tratamento de dados pessoais e o devido processo informacional	187
3.1.2 Transparência, acesso à informação e a boa administração pública ...	192
3.1.3 O ranking de transparência do Poder Judiciário	200
3.1.4 O necessário equilíbrio entre a transparência e a proteção de dados pessoais.....	203
3.1.5 Transparência no tratamento de dados e no uso da tecnologia.....	213
3.2 Tratamento de dados pessoais na esfera judiciária.....	224
3.2.1 Poder Judiciário e sua adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	225
3.2.2 Hipóteses de tratamento de dados pessoais na esfera judicial.....	236
3.2.3 Impactos da LGPD sobre o direito fundamental à publicidade processual.....	243
3.2.3.1 <i>A publicidade processual no âmbito legal brasileiro.....</i>	244

3.2.3.2 O processo eletrônico e a publicidade dos dados pessoais.....	250
3.2.4 O direito fundamental à transparência no tratamento de dados pessoais pelo Poder Judiciário	262
CONCLUSÃO	269
REFERÊNCIAS	279